ANTI CAPITALISTA

N.º 33 (SÉRIE II) – NOVEMBRO 2020

O ORÇAMENTO NÃO PODE FALHAR AO PAÍS
PP. 04 e 05

PRECÁRIOS DE SERRALVES
P. 06

# A CORAGEM DE NÃO ENTERRAR A CABEÇA NA AREIA

EDITORIAL

# UM MANDATO PARA DEFENDER AS PESSOAS

A segunda vaga da pandemia mergulha a Europa e o mundo na incerteza das crises. Enquanto nos EUA se joga o futuro da experiência trumpista, muitos países sentem a pressão sobre os sistemas de saúde e nos caminhos que se fecham dentro das imposições da União Europeia para um plano de recuperação acompanhado por condicionamentos na sua aplicação. No meio da tormenta, uma luz de transformação na América Latina varreu a sombra constitucional de Pinochet no Chile e deu alento aos avanços democráticos e antigolpistas na Bolívia.

Em Portugal, tempo de decisões e de honrar os mandatos. No Orçamento do Estado (OE) para 2021 residem muitas das escolhas determinantes para vencer a crise. Terá o país os instrumentos para travar a rapina financeira da Lone Star e pôr o sistema financeiro ao serviço da produção, investimento e distribuição de rendimentos? Existe uma maioria no parlamento capaz de travar os despedimentos de milhares de trabalhadores precários, muitos deles em empresas que recebem ajudas diretas do Estado? Haverá garantias de uma verdadeira prestação social extraordinária que não deixe ninguém para trás ou apenas uma limitada ajuda temporária que se esgotará no pior momento da crise? Vai o SNS ter ao seu dispor o reforço de verbas necessário e a refundação do modelo de contratação dos profissionais de saúde para enfrentar os piores meses da pandemia?

Perante uma proposta de OE que não responde a estas urgências e que não prepara o país para a crise das nossas vidas erra quem foge à análise do seu conteúdo e se agarra a estranhas formas de jogo político. A desorientação e inflexibilidade do Partido Socialista nas negociações deram lugar a uma política da chantagem, alimentando velhos papões de alinhamentos e "coligações negativas", procurando fazer esconder um passado de parcerias virtuosas deste governo com a direita em matérias como a lei laboral e as regras do sistema financeiro. Não fossem estas duas matérias, precisamente, terreno interdito à esquerda para os arautos do regime de alternância.

O diabo não vem já e está afastado o cenário de crise política. A esquerda deve bater-se pelas suas escolhas, com o seu mandato, para defender as pessoas. Assim o fez e o fará o Bloco de Esquerda, sem calculismos ou falsos dilemas de especialidade. Assim o fez e fará Marisa Matias, a candidata que representa a esquerda que não abandona os seus compromissos e se bate pelas alternativas que importam, em nome das pessoas, em nome do futuro, enfrentando todas as coligações de interesses, como o modelo das PPP na saúde, apoiado por Marcelo e pelos do costume.

Uma urgência, as experiências que importam na mobilização social: a lutas das precárias da cultura, o movimento de cuidadores informais que não desistem dos seus direitos. Dois exemplos que trazemos, na certeza de que muitas mais que se seguirão nos próximos meses. A análise dos números do Orçamento e o bicentenário de Engels não escapam ainda a esta edição da Anticapitalista.

Esta é uma publicação da *Rede Anticapitalista*, em que se juntam militantes do *Bloco de Esquerda* que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

## ÍNDICE


2 *Editorial*
Um mandato para defender as pessoas

3 Cuidar com direitos e direito ao cuidado
*Mafalda Araújo*

4-5 O Orçamento não pode falhar ao país
*Mariana Mortágua*

6 Imagine um museu: educação é poder
*Raquel Sambade*

7 Engels era grande mano!
*Andrea Peniche*

8 Leituras
*Direitos das crianças interpretados por adultos,* Maria José Araújo, Hugo Monteiro (orgs.)
*Rapariga, mulher, outra*, Bernardine Evaristo

8 *Ecrãs*
*Dolores*, Tota Alves

8 *Acontece*
Colóquio Internacional | Neofascismo, Pósfascismo e Novas Extremas-Direitas



**Ficha Técnica**

**Conselho Editorial**
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Leonor Figueiredo
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

**Participaram nesta edição**
Andrea Peniche
Adriano Campos
Estela Rodrigues
Hugo Monteiro
Leonor Figueiredo
Mafalda Araújo
Mariana Mortágua
Raquel Sambade
Tatiana Moutinho
Tiago Tavares

**Depósito Legal**
441931/18

**Contactos**
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

# CUIDAR COM DIREITOS E DIREITO AO CUIDADO

MAFALDA ARAÚJO

*Cuidar de si, cuidador dos seus e ficar em casa* tornaram-se em palavras de ordem nos últimos meses. No nosso Estado social, essa «era e é uma tarefa de todos e não de cada um abandonado à sua sorte», defendia Marcelo Rebelo de Sousa. No mesmo dia, em março de 2020, António Costa dizia, em conferência de imprensa, que «a democracia não será suspensa»: «Queremos continuar a viver numa sociedade decente (…) em que ninguém é deixado ao abandono».

Mas a invisibilidade social e política que recai persistentemente sobre o trabalho informal dos cuidados, tal como a precariedade do setor formal dos cuidados, deve convocar-nos a participar numa reflexão sobre que sociedade "decente" é essa, performativamente evocada por parte do discurso oficial dominante, e definir estratégias para uma democracia que não deixa ninguém para trás.

Como se tem salientado já aqui, aquela que é uma crise dos cuidados é uma crise do modo de (re)produção capitalista que vivemos: no campo dos cuidados, formais ou informais, é a exploração, a sobrecarga e a precariedade de quem cuida que vai colmatando o défice democrático que resulta da cisão entre os cuidados de saúde e os cuidados sociais, da falta de investimento no SNS e na RNCCI (Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados), e de respostas públicas e universais gratuitas para os cuidados de saúde e os sociais.

Sabemos que é o trabalho gratuito das redes informais de apoio, a precariedade das trabalhadoras domésticas e cuidadoras informais remuneradas, sobrecarga dos cuidadores formais que subsidiarizam o Estado e a dita economia produtiva. Como o José Soeiro, a Sofia Figueiredo e eu escrevemos noutro contexto, da parte do poder político, permanece a relutância em reconhecer, já não a importância dos cuidados informais (pelo menos no plano legislativo e ao nível discursivo), mas sim a concretização efetiva desse reconhecimento pela via da *redistribuição* e *socialização* dos cuidados. Intimamente ligada a este debate está a urgência de reduzir a carga assumida pelas famílias e a dependência do Estado das redes informais de apoio na provisão destes cuidados sociais.

Por outro lado, ficou evidente que a interdependência e a vulnerabilidade a que estamos sujeitos, por sermos seres vivos e sociais, tem de sair do campo do "patológico" e que o cuidado é uma responsabilidade coletiva que deve passar a ser reivindicado como um direito para todos. No livro Cuidar de quem Cuida, defende-se que o caminho para uma política do cuidado deve ser holística e abranger reivindicações desde a saúde à educação, da habitação ao trabalho. Aí sugerimos o reforço do setor formal dos cuidados e a reconversão de parte da carga de trabalhos por agora privatizados nas redes informais para a forma de empregos públicos, através de uma bolsa pública de cuidadores formais, e, embora combatendo o paradigma da institucionalização, criar condições dignas de trabalho e de vida nos "lares" e outros equipamentos. Para além de repensar se serão os familiares os principais responsáveis pela prestação de auxílio e assistência, como prescreve o Código Civil, há que lidar com a tensão que resulta de apoiar este importante trabalho, mais do que como um mero mecanismo de combate à miséria, sem com isso legitimar a delegação compulsória do mesmo aos cuidadores informais. Entre licenças e bolsas para cuidados, orçamentos pessoais ou uma espécie de RBI (Rendimento Básico Incondicional) aplicado a quem cuida dos outros, animais ou ambiente (como foi proposto recentemente no New Green Deal e por nomes como o de Selma James), o recurso à robótica ou a espaços multifuncionais e *co-housing*, são vários os caminhos possíveis.

Há também que desafiar noções individualizantes do cuidado, o perigo do isolamento e da atomização e não desistir do ativismo e organização coletiva, por muito que o seu campo de ação se veja desafiado. Reconhecer a casa como uma infraestrutura de cuidados, a habitabilidade uma questão de salubridade pública e o direito à habitação uma indispensabilidade. Combater a precariedade e exigir melhores salários, a par de uma jornada de trabalho mais curta, são condições essenciais para cumprir esta agenda e melhor redistribuir as responsabilidades dos cuidados. Educar crianças feministas e assegurar o direito ao cuidado como direito universal é assegurar a distribuição democrática das disposições ou sensibilidades cuidadoras e o direito ao florescimento. Entre outros, um dos grandes desafios é, já o sabemos, garantir que este não seja um privilégio de classe, genderizado e/ou racial.

NACIONAL

# O ORÇAMENTO NÃO PODE FALHAR AO PAÍS

MARIANA MORTÁGUA

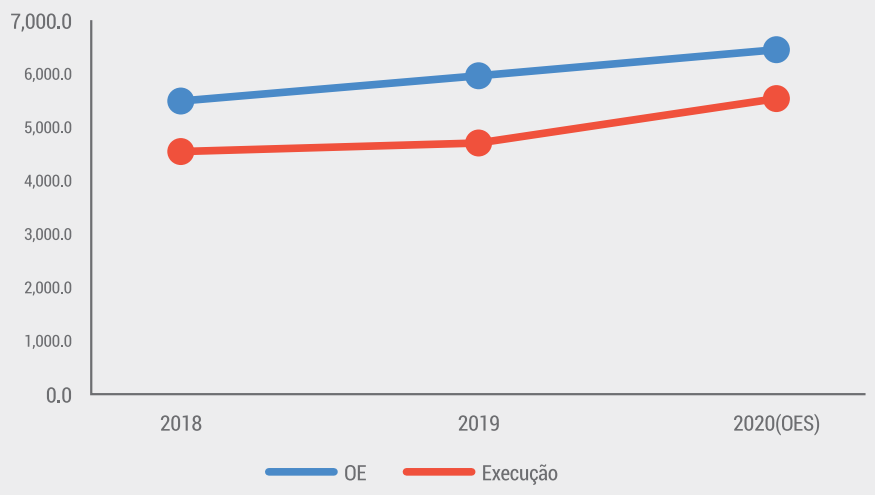
Perguntava, ou afirmava o José Mário Branco no *FMI*: «E tu fizeste como o avestruz, enfiaste a cabeça na areia, não é nada comigo, não é nada comigo, não é? E os da frente que se lixem... E é por isso que a tua solução é não ver, é não ouvir, é não querer ver, é não querer entender nada, precisas de paz de consciência, não andas aqui a brincar, n'é filho?». Pois é, não podemos fazer como a avestruz.

Ao governo não faltou apoio durante a emergência e pandemia. Teve as verbas que requereu e as condições que pediu. Mas também se comprometeu com o Bloco com medidas que não cumpriu ou que atrasou, na contratação de 4200 profissionais de saúde, na proteção dos desempregados sem subsídio de desemprego, de que nenhum beneficiou até agora, ou no apoio aos trabalhadores informais, que nenhum recebeu.

Chegamos assim ao debate do Orçamento para 2021 com uma obrigação, que já não é só responder à emergência com medidas de emergência, é proteger o país e estar à altura dos desafios estruturais que enfrentamos: a enorme pressão sobre um SNS cansado, mas que luta, a ameaça do desemprego e do abuso sobre quem é mais precário, a pobreza que morde tantas famílias. Foi nestas três áreas que o Bloco centrou as suas propostas, e ainda na proteção contra o maior escândalo financeiro do nosso século, a operação da Lone Star para capturar dinheiro público, e que foram apresentadas ao Governo desde o verão. São os alicerces de uma resposta consistente à crise, e a cada dia que passa ela só se torna mais urgente. Ora, o orçamento proposto pelo governo é um orçamento de rotina, mas não é de rotina que precisamos em tempo de crise. É por isso mesmo está condenado a ser ultrapassado pelo peso das dificuldades. Este Orçamento não basta, falha onde Portugal não pode falhar e não olha para a realidade.

O problema é orçamental? É, claro que é. Afinal, o governo escolheu apresentar a Bruxelas um dos défices mais baixos da Europa, apesar de Portugal ter uma das maiores recessões. Afinal, a dotação orçamental para o SNS para 2021 é menor do que a verba total orçamentada para 2020 e estagna face à execução prevista para este ano. O reforço orçamentado para as despesas com pessoal na Saúde é inferior ao do ano passado. Afinal, as isenções da contribuição patronal para a Segurança Social que foram concedidas só durante parte do ano de 2020 valem mais que o novo apoio social de emergência em 2021.

INVESTIMENTO PÚBLICO
orçamentado vs executado

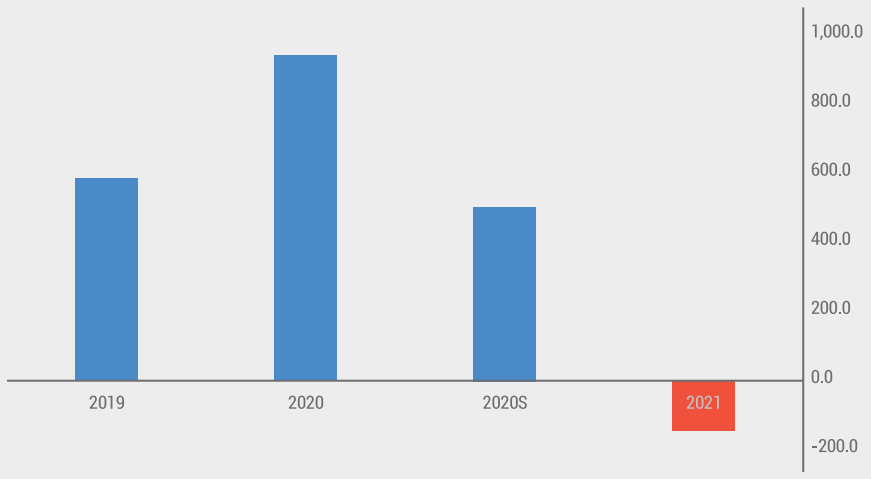



Fonte OE, valores em contabilidade pública

Percebemos que há nas recusas do governo fortes motivos. O governo entende que as regras de atribuição do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego devem continuar a ser as da troika. E, quando lhe propusemos que abolisse a extensão do período experimental encontramos uma parede. A proposta já tinha sido apresentada, para os jovens, por um governo do PS e chumbada pelo Tribunal Constitucional (TC). Voltou a ser apresentada pelo governo naquela curiosa semana em que, numa noite de quarta-feira fez um acordo com o Bloco para o combate à precariedade e na quinta-feira de manhã fez um acordo contrário com as associações patronais para este período experimental, uma regra que se tinha esquecido de referir na véspera. Percebo que o governo tem fortes razões ideológicas para manter esta normal, que está em apreciação no TC. Mas não tem razão. A norma desqualifica as profissões, prolonga a vulnerabilidade, prejudica a vida das pessoas.

## TRANSFERÊNCIA PARA O SNS

Variação anual OE




**A verba orçamentada para o SNS é €144M menor que o inscrito no Orçamento Suplementar.**

Quando propusemos uma nova prestação, fizemo-lo porque entendemos que era o momento de reforçar o sistema de proteção social, para lá de apoios extraordinários criados por tantos governos europeus, dos mais progressistas aos mais liberais. Recebemos, em troca, abertura para discutir uma proposta de apoio emergencial e temporário, financiado com fundos europeus durante o ano de 2021. Trabalhámos intensamente para melhorar essa proposta, sabendo que não era a resposta estrutural que o país precisa. Mas, depois de avanços, não conseguimos sequer garantir que todas as pessoas apoiadas em 2020 manteriam o apoio em 2021. Um casal em que cada um tivesse rendimentos de 860€ e em que um perde rendimentos do trabalho independente acabará na pobreza, mas fica excluído de qualquer apoio.

Quando propusemos há um ano mais profissionais ou a internalização dos meios de diagnóstico, fizemo-lo conscientes da sobrecarga no SNS, da falta de médicos especialistas, do excesso de horas extraordinárias que todos os profissionais carregam, muitos a receber pouco mais que o SMN. Conhecemos a angústia de quem aguenta os serviços hospitalares e as faltas que os estão a consumir. Fizemo-lo conscientes da irracionalidade que é gastar tanto dinheiro em tarefeiros e contratações externas que não garantem coesão na vida desses serviços.

No SNS, o governo só quer proceder a remendos de curto prazo. Assim, condena-se o SNS à atrofia. Queremos um Orçamento que suporte uma saúde pública que garanta a vida de todas as pessoas. O que não se pode é ignorar o problema: das 4600 contratações anunciadas para 2021, 2200 dizem respeito à vinculação de profissionais que já estão no SNS. O governo calcula que 510 vagas poderão ficar por preencher nos próximos concursos médicos. Entretanto, 434 especialistas irão aposentar-se, e isto sem contar com outras saídas. Feitas as contas, das 4600 contratações anunciadas, só 1456 servirão para reforçar o SNS. Devíamos chegar a um acordo para criar carreiras atrativas e consistentes para o SNS que salva o país.

O que nos separa é que queremos uma reforma estrutural que levante o SNS e o governo só quer proceder a remendos de curto prazo. Assim, condena-se o SNS à atrofia. Queremos um Orçamento que suporte uma saúde pública que garanta a vida de todos. Não queremos que continue esta doença que é o Garcia de Orta trabalhar a semana inteira com os médicos de três dias, perdendo especialistas e não conseguindo manter a urgência aberta à noite. Ou o Curry Cabral perder sete médicos desde o início do ano, e em Évora saírem sete de oito pediatras, ou Santarém funcionar com onze anestesistas. Ou do Amadora Sintra saírem sete pessoas da unidade de obstetrícia e abrirem zero vagas no último concurso. Ou ser reduzido o rácio de enfermeiros no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental. Ou as juntas médicas não darem resposta. Não adianta anunciar contratações e depois enfiar a cabeça na areia, como a avestruz, para não ver se são suficientes ou sequer possíveis.

Os assistentes operacionais estão exaustos. Ganham o salário de um caixa de supermercado, trabalham horas extra muitas vezes sem receber, mas o governo rejeita criar-lhes uma carreira. Devíamos chegar a um acordo para proteger estes trabalhadores.

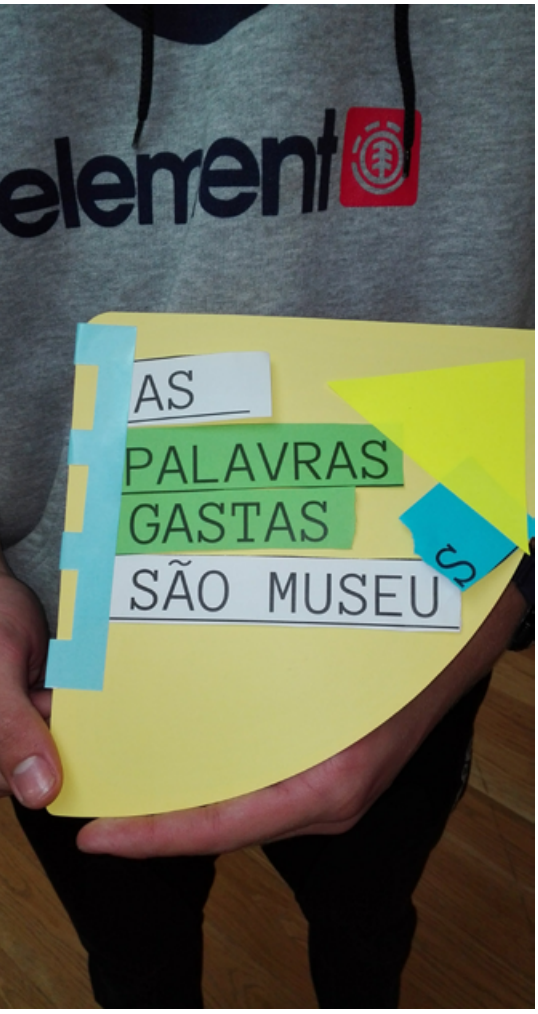
Há hospitais que perdem médicos e enfermeiros porque não têm autonomia para os contratar para o quadro, mas o governo rejeita conceder essa autonomia.

Na saúde, como nos apoios sociais, não há remendos que estanquem a urgência de medidas fortes e estruturais. O governo está por isso enganado se pensa que com a rotina, uns dinheiros europeus, uns arranjos provisórios e muitas promessas consegue conduzir Portugal na resposta à crise no próximo ano. A crise nacional é que, se não reforçamos o SNS, todos caímos. A crise nacional é que, se não cuidamos de evitar o desemprego, todos sofremos. Por isso, o Bloco de Esquerda apresentou e insiste em propostas estruturais para a saúde, para o emprego, para a segurança do povo, para a banca.

# IMAGINE UM MUSEU: EDUCAÇÃO É PODER

RAQUEL SAMBADE

As notícias acerca da precariedade na Fundação de Serralves (FS) contam já com mais de uma década de história, mas foi o atual contexto de pandemia que desencadeou o mais consistente e consequente processo de denúncia e reivindicação de direitos laborais por parte dos seus trabalhadores. A referida ação partiu da equipa do Serviço Educativo Artes, que conta com a experiência de trabalhadores altamente qualificados, cuja colaboração com Serralves, em certos casos, se iniciou nos anos 1990. Ao longo de cerca de três décadas de Serviço Educativo, nunca houve educadores com contrato de trabalho – todos, sempre, enquadrados como meros prestadores de serviços. A denúncia pública levada a cabo por estes trabalhadores precários iniciou-se em março, quando surgem os primeiros cancelamentos não remunerados e Serralves se demite das suas obrigações legais e da sua responsabilidade social e ética, sobrecarregando o Estado com a obrigação de prestar apoio aos seus trabalhadores.




O processo desencadeou uma ação inspetiva da responsabilidade da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) que resultou no reconhecimento oficial de 21 "falsos recibos verdes". À orientação dada à FS de integrar estes trabalhadores, respondeu em audiência parlamentar a presidente Ana Pinho que não irá acatar as diretivas desta autoridade e levará o caso às últimas consequências, no sentido de não realizar contratos de trabalho com os educadores. No seguimento destas declarações e na ausência de qualquer resposta à ACT por parte da FS, o caso dos 21 educadores foi já entregue ao Ministério Público. É importante sublinhar que a FS é parcialmente financiada com dinheiros públicos e, ainda assim, a sua administração reserva-se o direito de usar parte dessas verbas num longo processo judicial contra os seus trabalhadores.

Embora todas as atenções estejam de momento voltadas para os arte-educadores (apoiados num abaixo-assinado com mais de 2000 assinaturas), cabe lembrar que também os técnicos de museografia se juntaram a este processo de denúncia, uma vez que se encontram em situação análoga. Mas a precariedade laboral na FS não fica por aqui, tendo lugar em muitas equipas com formatos diversificados. Dentro do próprio Serviço Educativo, a equipa do Parque – que não se manifestou publicamente - está sujeita às mesmas condições de trabalho que os arte-educadores. Também nas equipas de Receção e Assistência de Sala existem trabalhadores precários, assim considerados quer pelo indevido enquadramento enquanto prestadores de serviços, quer por se tratar de trabalhadores enquadrados em contratos de *outsourcing* cujas funções são, em rigor, de necessidade permanente. Haverá ainda muitas outras circunstâncias dignas da atenção da ACT nesta instituição. Os arte-educadores são só a ponta do icebergue.

Invariavelmente tem surgido a comparação entre este e o processo relativo aos precários da Casa da Música. Dentro das inúmeras semelhanças entre ambos surge uma diferença incontornável: os precários da Casa da Música tiveram o apoio de trabalhadores internos e até de um membro do Conselho de Administração. À pergunta que não quer calar, sobre a ausência de apoio interno oficial à luta dos arte-educadores da FS, a resposta é simples: o clima de medo e a ingerência por parte da administração estão a paralisar os direitos fundamentais destes trabalhadores - factos noticiados aquando da demissão do ex-diretor do museu, João Ribas. De referir que até à data, sequer a Comissão de Trabalhadores da FS se posicionou sobre esta matéria, ainda que tenha sido repetidamente solicitada nesse sentido. As represálias de que os arte-educadores têm sido alvo ao longo deste processo são o exemplo inquestionável de que o direito à manifestação e a liberdade de expressão estão fortemente condicionados dentro da instituição: o afastamento velado da equipa; as entrevistas para integrar novos educadores; a disponibilidade da FS para dialogar com os precários que não denunciaram as más práticas laborais a que estão sujeitos.

Quase foi, para os arte-educadores que levam a cabo este penoso processo de reivindicação, o anunciar do fim de um sonho. O sonho de continuar a elevar a arte-educação a um patamar de excelência num museu cujo programa artístico sempre foi razão de grande orgulho. Mas a excelência não poderá mais dissociar-se do justo reconhecimento da importância desta equipa para a FS. E necessariamente esse reconhecimento passa pela devida integração destes trabalhadores. O sonho continua, afinal, de boa saúde.

*** Raquel Sambade é arte-educadora na Fundação de Serralves desde 2010.**

# ENGELS ERA GRANDE MANO!

ANDREA PENICHE

Engels nasceu há 200 anos. De todas as suas obras, as que assinou sozinho e as que partilhou com Marx, quero sublinhar a importância de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, por ela representar um empreendimento intelectual notável, nomeadamente para os estudos feministas contemporâneos. Em tempos marcados pela superficialidade, pela rejeição do estudo e pelo abraço a teorias obscurantistas e fundamentalistas, mergulhar neste texto é um bálsamo intelectual, pelo que ele revela de intuição e argúcia e pelo incontornável contributo para o conhecimento da génese de instituições sociais centrais – família, Estado, economia – e sua relação com a opressão e a exploração.

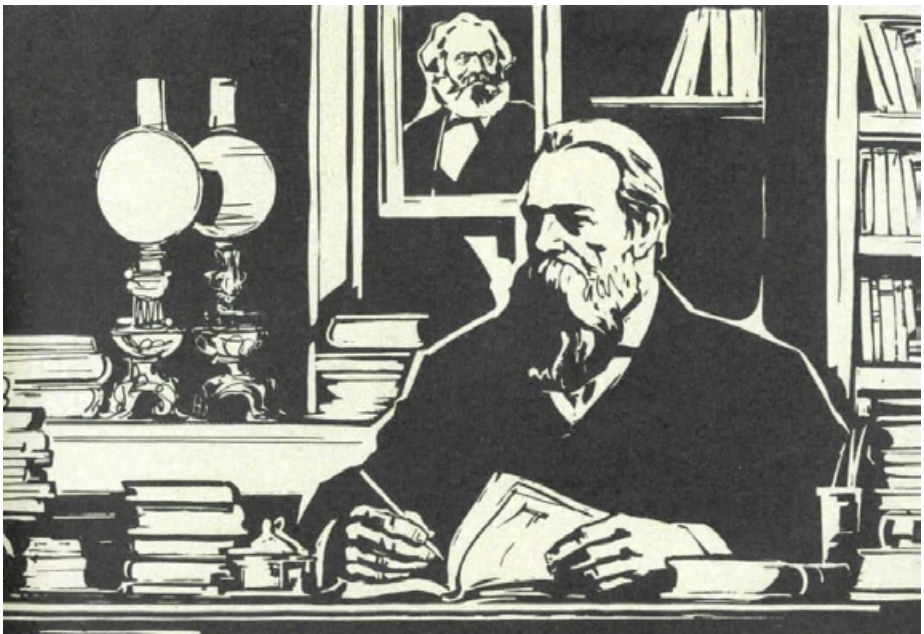
Publicado em 1884 por Friedrich Engels, as suas principais fontes foram o livro *Das Mutterrecht* (*O matriarcado*), do suíço Johann Jakob Bachofen, publicado em 1861, e, em particular, *Ancient Society*, publicado em 1877, do estado-unidense Lewis Morgan, o qual Marx tinha lido e anotado abundantemente, conforme Engels sublinha logo na abertura da obra:

> «As páginas seguintes vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx dispunha-se a expor, pessoalmente, os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões da sua (até certo ponto posso dizer nossa) análise materialista da história, para esclarecer assim, todo o seu alcance. (…) O meu trabalho só debilmente pode substituir aquele que o meu falecido amigo não chegou a escrever. Disponho, entretanto, não só dos excertos detalhados que Marx retirou à obra de Morgan, como também das suas anotações críticas, que reproduzo aqui sempre que oportunas». (pp. 7-8)

*A origem da família, da propriedade privada e do Estado* é um diálogo fecundo entre o materialismo histórico e a emergente ciência antropológica, na qual o autor estabelece a relação entre o capitalismo e aquilo a que chama de instituição em permanente mudança, a família. É, pois, uma leitura histórica da família e da sua relação com as questões de classe, da subalternidade feminina e da propriedade privada. À distância de quase um século e meio, percebemos que a obra é perpassada por várias imprecisões. Curiosamente, Engels, que é um pensador crítico, tem noção de que não está a escrever a última palavra e, por isso, afirma que a análise de Lewis Morgan «(…) permanecerá certamente em vigor até que uma riqueza de dados muito mais considerável nos obrigue a modificá-la» (p. 31). Todavia, é injusto criticar Engels à luz do que hoje sabemos e desgarrar a obra do tempo em que viveu. Se recusarmos as leituras a-históricas e situarmos a obra no seu tempo, descobriremos nela um potencial extraordinário, já que Engels, com as poucas ferramentas que tinha, foi capaz de identificar o patriarcado como estrutura social e de encontrar o fio histórico que construiu e reificou a desigualdade entre homens e mulheres.

Engels procurou perceber como se deu a passagem das sociedades ginocratas, baseadas no direito materno, para as sociedades patriarcais, baseadas no direito paterno, caracterizando «o desmoronamento do direito materno» como «a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo», pois «o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução» (p. 76). Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, já tinham afirmado que a primeira divisão sexual do trabalho foi a que ocorreu entre homens e mulheres para a procriação dos filhos. Nesta obra, Engels reforça essa ideia e defende que, até ao surgimento da família sindiásmica, predominava uma economia doméstica comunista, na qual havia preponderância da mulher dentro da gens, não obstante já existir uma divisão sexual do trabalho como primeira forma de divisão do trabalho. As descobertas antropológicas punham assim em causa que a opressão das mulheres tivesse uma origem biológica, ao afirmarem que nem sempre as sociedades se organizaram dessa forma. Ora, se nem sempre foi assim, é porque a opressão tem raízes históricas, não resulta de nenhuma essência feminina ou masculina. Assim, baseado em dados antropológicos, Engels investiga e conclui que as sociedades ginocratas foram suplantadas por outras em que a ordem social se transformou. Localiza essa transformação entre a fase média e a fase superior da barbárie[1], quando surge um novo modelo de família, a família monogâmica, que suplanta a família sindiásmica e responde à necessidade de transferir a propriedade para herdeiros legítimos, o que passa a condicionar as formas de relacionamento e a colocar um ferrete sobre a livre expressão sexual das mulheres, originando a emergência de uma nova moral sexual que autoriza a infidelidade masculina e impõe a castidade feminina. Nascia assim a família monogâmica. **(continua *online*)**

1 Engels caracterizava do seguinte modo a classificação de Morgan: «Estado selvagem – período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para serem utilizados; as produções artificiais do homem são, sobretudo, destinadas a facilitar essa apropriação. Barbárie – período em que aparecem a criação de gado e a agricultura por meio do trabalho humano. Civilização – período em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte. In A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Lisboa: Presença, p. 38.



## DIREITOS DAS CRIANÇAS INTERPRETADOS POR ADULTOS

**Maria José Araújo, Hugo Monteiro (orgs.)**
**2020 | 272 páginas**
**Afrontamento**
**PVP: ± 16.60 Euros**

A propósito dos 30 anos da Convenção dos Direitos das Crianças, entre os seus 54 artigos, dez são interpretados neste livro.

Os quinze intérpretes aliados não escrevem sós; há uma ilustradora ligando-os graficamente por um ténue fio que atravessa a obra nas suas diversidades e cumplicidades, como um infinito a despertar as sombras desenhadas nos separadores de cada artigo.

E para que o leitor se surpreenda e se interrogue, reinventam-se títulos desarquivados do convencional e fatigado registo enumerativo; neologismos e brincadeiras gráficas aguçam o estranhamento necessário à releitura, desconstrução e atualização do documento adotado em novembro de 1989.

Muito além de direitos prometidos e incumpridos por nações desunidas, a narrativa abre-se com o esbatimento gráfico da expressão de Walter Benjamin "Queridas invisíveis!", acentuando invisibilidades de hoje, para logo se focar no CriCity project, com um itinerário teórico pelo direito da criança à cidade emancipadora e intergeracional, lançando-nos uma fértil questão: "Ilhas ou Pontes?".

Continuando a itinerância por esse fio que tudo liga e religa: "Sem pedras não há Arco" – Uma poderosa citação de Italo Calvino sustenta os pilares reflexivos sobre a dimensão artística contra modelos educativos ignorantes de identidades e desejos de cada criança, de cada pedra, para a curvatura do arco em criação colaborativa. "Do ler e do escrever" – A magia que derruba muros. "Direito a pensar sem o dedo no ar" – Eleva-se um 'ar' superior à linha na ousadia de perguntar e filosofar. "Do-torto à matemática" – A inclinação irreverente do primeiro 't', à esquerda, liberta o pensamento das crianças e dos adultos em 'Penseracia' dialógica. "Estaremos a brincar ao faz-de-conta?" – Uma ironia provocadora de mudança para os adultos que, retoricamente, fazem de conta que as crianças decidem e participam. "O Direito à greve" – Destaca-se a palavra no rubro de parar, sem ter de pedir licença, contra o pesado 'ofício de aluno' e o absurdo mundo em que vivemos; crianças e jovens estão aí para o denunciar. "Do lado que não se vê" – Pela ética de respeito e representação das crianças em processos de investigação. "Realidades e desafios" – Pela mudança de paradigma na proteção da infância. "As cores de um êxodo" – Um lugar para o silêncio da história e da vida de pessoas migrantes, de crianças migrantes. "Construindo a inclusão, um dia de cada vez" – O maior espaçamento entre as letras anuncia o trabalho que ainda há por fazer. "dEfeitos especiais da avaliação" – O 'd' minúsculo insinua ambiguidades e perversidades. Um traço, no lugar do direito "_____ às palavras caras", luta por poesia com rebeldia. Por fim, a ondulação gráfica do título "O Jogo da Roda Viva e os Ladrões do Tempo" movimenta-nos ludicamente para o direito ao tempo de brincar, no ócio de cada dia.

Perante insuficiências, impasses e contradições do discurso e da regulamentação de direitos contaminados por relações de poder e lógicas capitalistas, apresenta-se, na sua dimensão interseccional, um argumentário reivindicativo da descolonização das infâncias a dignificar como actantes sociais, expresso pelos seus intérpretes em vontade transformadora… até que se declare a inutilidade deste livro de adultos desejosos de serem interpretados por crianças nomináveis em sociedades politicamente desiguais. *Estela Rodrigues*

## RAPARIGA, MULHER, OUTRA

**Bernardine Evaristo**
**2020 | 480 páginas**
**Elsinore**
**PVP: ± 21.98 Euros**

Bernardine Evaristo, britânica de origem nigeriana, negra, convida-nos, página a página, a encararmos os preconceitos e as contradições de uma sociedade multicultural confrontada com o seu passado colonial, porque «é fácil esquecer que a Inglaterra é feita de muitas Inglaterras». E esse retrato de um mundo real que celebra o multiculturalismo e simultaneamente contemporiza com a violência e o racismo contra imigrantes é-nos apresentado por meio de doze personagens, quase todas mulheres, quase todas negras, quase todas filhas de imigrantes, muitas lésbicas, uma trans, de diversas origens sociais, cada uma com sua voz, compondo um quadro social que escrutina várias das dificuldades – machismo, homofobia, violência doméstica, racismo, pobreza – que matizam os dias de uma sociedade profundamente contraditória. Amma, a personagem em torno da qual todas as outras ganham sentido narrativo, é uma dramaturga negra, lésbica, que ao fim de inúmeros insucessos é convidada a estrear uma peça – A última amazona do Daomé - no Teatro Nacional de Londres, numa espécie de metáfora sobre a abertura dos espaços mainstream a temas – feminismo e direitos das mulheres negras – e a protagonistas que até então tinham sempre ficado à porta.

E se este é um livro declaradamente feminista, ele está longe, contudo, de ser uma cartilha. Pelo contrário, ele obriga-nos a confrontarmo-nos com as insuficiências de teorias e práticas fechadas sobre si próprias, colocando cada leitora ou leitor perante o espelho da autocrítica. *Andrea Peniche*

# ECRÃS

## DOLORES

**RTP Play**

Dolores não existe, apesar de todas e todos nós a conhecermos vagamente. Cantora controversa, é filha da internet, diva das redes sociais, um fenómeno de sucesso, e chegou para falar de minetes, consentimento e monogamia e, por isso, será amada e odiada com a mesma intensidade.

Autoria, realização e argumento de Tota Alves, Dolores é um mockumentary de cinco episódios e está disponível na RTP Play. Disponíveis estão também as três músicas e respetivos videoclipes de Dolores, Yvagina Eu e Tu, Minetes da Mouraria e Cinderela.

# ACONTECE

## COLÓQUIO INTERNACIONAL

### Neofascismo, Pósfascismo e Novas Extremas-Direitas

**13-14 de novembro | Lisboa | Colégio Almada Negreiros (FCSH)**

**CONTACTOS**
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**